

Porto Alegre, ano 1, nº 1, jan./jun. 1999, pp. 276 - 299

O novo horizonte ideológico do trabalho

RENATO P. SAIL

Professor titular de sociologia da Universidade Federal do RS (representado) e professor visitante da Universidade de Santa Cruz do Sul, RS.

Os mercadores manufatureiros não se contentam com o monopólio do mercado interno mas desejam igualmente intensificar a venda dos seus produtos no estrangeiro. O seu país não tem jurisdição sobre países estrangeiros e, portanto, só raramente podem conseguir aí um monopólio. São geralmente obrigados a contentar-se com a solicitação de certos incentivos à exportação.

O trabalho anual de uma nação é o fundo de que provém originariamente todos os bens necessários à vida e ao conforto que a nação anualmente consome, e que consiste sempre ou em produtos imediatos desse trabalho, ou em bens adquiridos às outras nações em troca deles.

Adam Smith, 1776.



Começo citando Adam Smith por um motivo: hoje em dia, é um autor que está em moda e as modas sempre encerram sentidos vários, explícitos e ocultos. De certo modo, pode-se dizer que por baixo da "modernidade" da moda se contém aquilo que Henry Lefebvre classificou como a "fastidiosa gravidez do repetitivo".

Nunca se escreveu tanto sobre o mundo do trabalho, sobre as transformações que ele experimenta, sobre as perspectivas futuras e até sobre a possibi-

lidade da sua extinção. Curiosamente, nas reiteradas e diversificadas manifestações relativas à clarividência de Adam Smith, rarissimamente alguém recorda suas invectivas contra os endinheirados e contra exploração do trabalho. Trata-se geralmente de uma menção bastante restrita e que geralmente apenas roça a profundidade dos textos citados.

Mas, como alguém já lembrou em certa oportunidade, as citações sempre contêm interpretações e estas, no caso das derivadas de "A Riqueza das Nações", estão amarradas à explicação e legitimação do falso novo que arredonda todas as frentes da "modernidade" corrente com os prefixos neo e pós. Nessa linha, o "novo" que se deseja impingir, e para o qual Adam Smith, de uma forma abstrusa e ridícula, é utilizado como um dos instrumentos de sustentação ideológica, traz estampada na primeira linha a suposição de que, nas novas condições criadas pelo desenvolvimento tecnológico, o processo de produção se realiza incorporando cada vez menor parcela de trabalho vivo. No contexto dessa suposição considera-se que a produtividade do trabalho potenciado, representativo da diminuição do valor agregado por produto, implica a diminuição da massa de valor produzida pelo conjunto da sociedade. Essa suposição faz parte do repertório retórico, inclusive de alguns líderes de esquerda de hoje, e fazia parte do repertório político do corporativismo fascista, o qual, nos anos 20 deste século, esgrimia com orgulho a fórmula milagrosa, segundo a qual as máquinas e a organização material, por si só, produzem o lucro e o valor.

Tal revalorização - tão súbita quanto equívoca pela forma em que é feita - do pensamento de um representante da economia política clássica, é expressão de uma tentativa de sublimar aspectos comprometedores da concepção dominante na explicação do momento econômico atual, no plano nacional e internacional, que pretende deslocar o eixo da discussão em torno das relações sociais de propriedade e da vida econômica em geral da produção para o mercado. Adam Smith, eleito fonte das virtudes do mercado, fez, contudo, a análise econômica de um momento de transição do sistema artesanal doméstico para a manufatura. Suas preocupações com as questões éticas que esse movimento implicou são claras e constantemente reiteradas. Sua reentronização no universo intelectual de hoje é, sem dúvida, produto da busca de suporte teórico idôneo para a caracterização da sociedade contemporânea, seja sob o ponto de vista das formas que assumem as atividades no mundo econômico e as preroga-

tivas definidas para o desenvolvimento, sejam as que presidem a emergência de uma sociedade "negocial", isto é, uma sociedade percebida como um campo aberto às oportunidades iguais para todos, em que imperam as noções de iniciativa e de proveito individual e onde a "mão invisível" atua como força condutora das ações rumo à promoção da felicidade geral.

A noção de modernidade que hoje circula nos meios de comunicação sugere que o mundo está experimentando uma transformação extraordinariamente profunda, insuspeitada mesmo pelas projeções mais audaciosas. Há uma ampla convergência no sentido da identificação do movimento em curso, promovendo a integração do mundo em diferentes níveis e escalas, com a atuação de uma força motriz fundamental: o avanço da tecnologia. A modernidade aparece como articulada de modo decisivo por essa força, que seria essencial na dinamização das relações no plano econômico e, a partir daí, das outras instâncias da vida social, repercutindo no plano político e na formulação de um novo horizonte cultural, tendo por base novos padrões de organização e transmissão do conhecimento.

O desenvolvimento tecnológico é, por exemplo, o elemento de sustentação da crença na emergência de uma nova sociedade neste fim de século, a "sociedade do conhecimento", ou a "sociedade do saber". Como exemplo, podem-se mencionar as conhecidas as posições de Peter Drucker (1994), a figura máxima da teorização sobre gestão empresarial nos EUA. A "sociedade do conhecimento", segundo ele, uma sociedade pós-capitalista. Uma visão bastante singular da evolução do conceito de conhecimento envolve essa perspectiva da nova sociedade. Assim, a primeira fase de mudança do conceito correspondeu à sua "aplicação a instrumentos, processos e produtos", constituiu a invenção da tecnologia, entre os séculos 18 e o 19. Foi o núcleo da Revolução Industrial e criou a "alienação", as classes sociais, luta entre elas e o comunismo. A segunda fase da evolução do conceito (entre o final do século 19 e a Segunda Guerra Mundial) compreendeu a sua aplicação ao trabalho, e representou a revolução da produtividade. A fase atual começou após a Segunda Guerra e tem como característica o conhecimento aplicado ao próprio conhecimento. É revolução no gerenciamento. Hoje, o conhecimento é não só um recurso pessoal mas também um recurso econômico. É o "único recurso significativo". Os fatores da produção tradicionais, (terra, trabalho e capital) não desapareceram, mas se teri-

am transformado em elementos secundários. Na sua versão contemporânea, o conhecimento deixou de ser algo genérico para ser uma necessidade altamente especializada, das pessoas educadas.

Naturalmente, essa concepção da sociedade emergente traz atrelada a si uma configuração diferente das relações de poder. O mundo político pós-industrial, ou pós-capitalista, como queiram, é o terreno de uma outra forma de organização do poder político. De acordo com Drucker (1994), tal poder seria disseminado pela sociedade e exercido por instituições de natureza bastante diversificada. Seriam instituições públicas, privadas, dedicadas à produção de riquezas ou a funções de caráter social, como educação, saúde, atividades sindicais, etc. A característica dessas instituições seria o seu sentido apolítico. Sua força derivaria da sua função específica e sua eficiência seria resultante de não irem além dessa função. Esta, por sua vez, seria precipuamente a de criar saber no seu campo de atuação e de difundir-lo na sociedade. Configurando a base de "novos pluralismos", essas instituições ampliariam e consolidariam gradualmente seu poder sobre as pessoas e no interior da sociedade, definindo um novo universo de relações políticas.

Drucker (1994) desenvolve outras idéias a partir dessa perspectiva. No interior das sociedades de organizações destinadas a criar saber, o indivíduo assume outra posição. Na atualidade, o que marca a emergência dos novos pluralismos seria, talvez, o desaparecimento do antigo trabalhador. A grande maioria das pessoas, nos países desenvolvidos, trabalha para uma organização. O centro gravitacional das populações passará a ser o conjunto dos "empregados" e não dos trabalhadores. O antigo trabalhador manufatureiro estaria a caminho do limbo histórico, onde se irá juntar aos trabalhadores domésticos e aos lavradores. A nova sociedade é uma sociedade em que a grande maioria das pessoas são "empregadas do saber", cujas características principais são marcadas pelo fato de que eles não são "nem explorados, nem exploradores" e, individualmente, não são capitalistas, embora possuam coletivamente os meios de produção através de seus fundos de pensão e de suas poupanças. São subordinados que também são patrões. São pessoas independentes e, ao mesmo tempo, dependentes. Os "empregados do saber" têm poder de barganha em virtude do fato de serem economicamente essenciais e o seu trabalho torna-se um direito de propriedade (na concepção de Drucker (1994), é propriedade tudo o que dá

acesso à subsistência, a *status* e a posição na sociedade).

Nessa sociedade, a educação assume função central na capacidade competitiva das nações. Para Alvin Tofler (1995), na sociedade do conhecimento, a economia tem que ser baseada no conhecimento. Entre as nações que disputam posições no mercado mundial, o problema político fundamental, nas questões internas, se deslocaria da redistribuição da riqueza para o da organização da informação e dos meios de informação que produzem riqueza. Essa é a base, a partir da qual se enseja a instauração de uma nova forma de poder (*powershift*). Na nova sociedade, a eficiência econômica é a meta que a educação precisará perseguir. Necessidade que se define a partir das condições emergentes de uma economia "desmassificada", de uma economia "supersimbólica". De acordo com Tofler (1995), essa economia exige uma força de trabalho com formação sofisticada, de tipo cosmopolita, que a habilite a perceber as pressões competitivas e para absorver rapidamente as novas modas, as preferências do mercado e as mudanças tanto na economia quanto na política.

O mercado erigido como elemento nucleador das novas relações de poder serve como fundamento da construção de uma nova teoria da política como Lindblom, da Universidade de Yale, tentou demonstrar: *entre as escolhas abertas aos seres humanos em termos de organização social, tanto em pequena quanto em larga escala, uma é a escolha entre coordenação por autoridade central, de um lado, e por mútuo ajustamento, por outro* (1995). A escolha por mútuo ajustamento seria a solução para se obter um equilíbrio nas relações sociais de um modo geral. Essa escolha, contudo, teria sido obscurecida pela filosofia política, cujos representantes não pensaram a questão da ordem como sistemas estáveis e coordenados de comportamentos que organizam uma divisão do trabalho ou organizam um outro empreendimento coletivo. Eles teriam buscado a ordem concebida como a capacidade de manter uma massa potencialmente subversiva sob controle de uma elite. Negligenciando as possibilidades de ordem em outros sentidos, como a da divisão do trabalho, eles teriam implicitamente condenado as possibilidades da ordem poder ser alcançada através de ajustamentos mútuos. Entendendo que a ciência política ainda padece com essa tradição centralista e considerando a necessidade de superá-la, Lindblom (1995) propõe colocar a "espécie mercado" dentro da classe "mútuo ajustamento". Desse modo, poder-se-ia entender de modo mais adequado o mercado como

uma família de métodos de ajustamento mútuo e poder-se-ia, também, através do mercado, entender melhor esse fenómeno fundamental.

De modo geral, entende-se que as tendências derivadas do acirramento da competição no mercado mundial obriguem a uma melhoria substantiva nos índices educacionais e no treinamento do conjunto da mão-de-obra, particularmente no desenvolvimento de habilidades para incorporar, no processo de trabalho e nas atividades da empresa como um todo, a capacidade para perceber as mudanças rápidas que se operam nas relações nesse mercado.

Um periódico dedicado a estudos interdisciplinares, relacionados com a promoção do desenvolvimento mundial, editado por John Humphrey, divulgou, em 1995, uma interpretação bastante sugestiva do movimento que marcou a evolução da competição internacional, tendo como elemento central a relação entre mercados e produtores. Segundo tal interpretação, as novas condições de competição tiveram origem num movimento de grande amplitude, envolvendo as empresas em geral, em direção à criação de estratégias de atuação adequadas às tendências emergentes no mercado mundial. Na base do movimento estava um novo estilo de competitividade industrial, surgida a partir de um novo modelo produtivo, apoiado em sistemas derivados do fordismo e da experiência japonesa (toyotismo). De acordo com esta análise, a difusão do modelo fordista, especialmente a partir de 1930, deu margem a distorções na organização do parque industrial do mundo ocidental, devido a avaliações equivocadas das práticas introduzidas por Ford. Em primeiro lugar, a função produtiva ficou divorciada da estratégia da empresa, percebida como meramente operacional e servindo somente para atender especificações definidas pela direção. Em segundo lugar, a adoção do modelo taylorista-fordista de organização do trabalho produtivo teria eliminado esforços de organização mais apropriados às relações entre a empresa e as características do mercado. A confusão entre produção industrial e estratégias competitivas, isto é, a falta de adequação entre a produção industrial das empresas e seus mercados, somente seria identificada, nos EUA, no final dos anos 60, com a crítica do fordismo.

Na mesma linha de análise, esse momento corresponde à identificação da emergência de nova forma de competição, na qual as exigências em relação aos produtos são mais variadas e complexas. Um mercado em que tudo o que era produzido era vendido ("mercado vendedor"), típico do período que vai

desde antes da II Guerra Mundial até o início dos anos 70, é então substituído por um "mercado comprador", marcado pela competição acirrada entre os produtores. A nova situação teria derivado da saturação do mercado mundial e da verificação de uma inusitada pressão sobre os preços dos produtos das grandes empresas, cujo crescimento se verificava dentro de um modelo expansionista de ocupação de espaços além das fronteiras nacionais. A evolução das exigências do mercado e das estratégias de produção associadas teriam passado por diferentes etapas, marcando a articulação entre mercados e produtores. Assim, o movimento dá-se desde as fases correspondentes à existência do "mercado vendedor", cujo momento final se localiza na passagem dos anos 60 para os anos 70 e onde o requisito primário e decisivo é o preço, até a fase atual, com a competição incorporando, paulatinamente, uma gama bem mais ampla de requisitos. Agora, os requisitos são, além do preço, a qualidade, o tempo, a diversidade e a exclusividade. Em resumo, hoje é essencial a empresa ter a capacidade de criar novos mercados e de neles manter-se.

Um outro argumento orienta-se no sentido da sustentação de que um grande número de países mudaram suas estratégias produtivas em razão da alteração de comportamentos no mercado, em que as preferências dos consumidores Ter-se-iam se tornado mais fluidas. Nesse caso, as novas condições de competição seriam explicadas por fatores decorrentes da colocação, em prática, de novas estratégias produtivas, tornando-se insubsistentes as explicações tradicionais que se ancoravam nas vantagens comparativas, resultantes dos baixos salários. A capacidade de manter-se no mercado internacional passaria a sustentar-se em alguns aspectos fundamentais ligados à produção. A questão da produtividade, por exemplo, que no passado enfatizava apenas o lado do trabalho, na nova situação deve sustentar-se também no capital. A articulação capital e trabalho seria o núcleo da eficiência. A garantia da qualidade, outro item de significação crescente, deve ser mantida dentro dos índices reconhecidos internacionalmente (ISO).

Esse tipo de análise está montado sobre a hipótese da superação do modelo fordista como estratégia de produção mundial. Mas estará superado o fordismo? Em que aspectos? E o taylorismo também estará superado? Em que perspectiva?

Se invertermos a matriz de análise e passarmos a examinar a questão da

modernidade econômica, a partir da produção ao invés de fazê-lo através do mercado, algumas questões tornam-se bem mais claras. Descobre-se, por exemplo, que a expressão principal dessa modernidade é a tendência de racionalização intensiva do sistema econômico. Ou seja, está em desenvolvimento um processo de integração planificada de um amplo circuito de atividades, desde a invenção e a inovação, passando pela produção e chegando à distribuição e ao consumo. Esse processo envolve a articulação dos setores econômicos (agropecuária, indústria e serviços, ou primário, secundário e terciário, para utilizar a classificação de Colin Clark (1951) e das diferentes instâncias de organização das empresas e do trabalho. Em linhas gerais, esse processo representa o movimento no sentido da interdependência crescente de diferentes tipos de racionalidade econômica, articuladas num esforço conjunto, sob orientação direta ou indireta dos segmentos que dominam o mercado e as tecnologias mais avançadas. Tal processo responde pelas vicissitudes apresentadas no funcionamento do mercado de trabalho, descaracterizado de suas peculiaridades, como mercado especial, e tendendo a configurar um mercado como qualquer outro, transformando-se os contratos de trabalho, regidos por leis especiais, em ficções jurídicas. Evidências desses efeitos podem ser identificadas no estudo dos novos modelos de organização das atividades produtivas, caracterizadas genericamente como "pós-fordistas".

A considerar pelo que se verifica no atual momento da economia internacional, realça ainda mais a natureza do processo em curso, em seus efeitos sobre o mundo do trabalho. Nada há que confirme a idéia da existência de um "capitalismo desorganizado", como propuseram Scott Lash & John Urry (1987) e também Claus Offe (1989). As evidências apontam em sentido diverso. Se quisermos usar uma expressão tão sugestiva e eloqüente, menos retórica e muito mais enraizada na realidade, para traduzir o que se verifica, pode-se dizer que a tendência opera no sentido da configuração de um mundo do trabalho desorganizado politicamente, cujas características só encontram paralelo em situações históricas, localizadas nas primeiras etapas do processo de industrialização. Hoje, sequer a Organização Internacional do Trabalho pode negar o fato de que a desarticulação da solidariedade no terreno do trabalho assume feições preocupantes e reconhece os riscos daí decorrentes.

Dentre as várias questões examinadas no relatório da OIT, duas adqui-

rem especial interesse para os propósitos desta análise. A primeira diz respeito à menção ao fato de que se torna cada vez mais evidente o estreitamento das relações entre os mercados de trabalho dos diferentes países, em consequência da expansão comercial e dos fluxos de investimentos financeiros. Esse fenômeno colaboraria decisivamente para a intensificação das pressões, no sentido do rebaixamento dos salários e para o relaxamento das normas que regem as relações de trabalho. A segunda questão relaciona-se com o fato de que o relatório, na crítica que faz às análises da economia atual que, realçam as teses referentes ao “fim do trabalho”, apresenta, como contra-argumento a emergência de novas formas de trabalho, dentre as quais as mais importantes do ponto de vista quantitativo seriam as atividades realizadas por conta própria, o trabalho em tempo parcial e o trabalho temporal.

Essas duas questões estão intimamente relacionadas entre si e têm a ver com a projeção assumida nos últimos tempos com o que se convencionou chamar de “setor informal” da economia e com a ampliação do segmento de “serviços”.

Importa considerar o fato de que o surgimento de novas formas de trabalho, tal como mencionadas no relatório da OIT, funcionando como elemento compensatório das perdas verificadas nas modalidades tradicionais, está baseada na ampliação do setor informal ou do setor de serviços, que aqui é entendido como seu equivalente. De acordo com o relatório da OIT de 1995 (1996), o percentual mundial do PIB do setor serviços, em 1990, era da ordem de 62%. Nos países desenvolvidos, esse percentual alcançava 65% e, nos países em desenvolvimento – aí incluídos os países latino-americanos – o percentual era da ordem de 50%. Atualmente, o setor serviços inclui, nos países desenvolvidos, 70% da massa trabalhadora.

É interessante observar-se como o setor de serviços e a atividade de trabalho informal passaram a representar fatores importantes na solução dos problemas atuais. A ONU, recentemente, apontou a “economia informal” como caminho para diminuir o problema do desemprego, em particular nos países pobres, aí incluídos os países latino-americanos. De acordo com a informação contida nesse relatório, 60% dos pobres urbanos da América Latina conseguem seus meios de subsistência através das atividades informais. O trabalho informal corresponderia a 82% dos novos “empregos” criados no sub-continente.

São esses segmentos do processo de trabalho – informal e serviços – que se tornam no presente os elementos cruciais da explicação da dinâmica da globalização dos mercados.

Tomando como ponto de partida a idéia de trabalho informal, ou “setor informal”, deve-se considerar, em primeiro lugar, o fato de que, muito embora a expressão tenha tido diferentes acepções nas investigações realizadas dos 70 até agora, ela tem seu nervo central na conformação de um tipo de atividade econômica em que supostamente inexistente a subordinação do trabalho ao capital, ou mais exatamente, que, nela, capital e trabalho estão confundidos. Não raro está subjacente à noção de informalidade a hipótese de trabalho que se realiza de forma independente, derivando da iniciativa do agente e que na sua realização usa seus próprios recursos (trabalho por conta própria, prestação de serviços independentes, vendedores autônomos, pequenos produtores, comerciantes, etc.). Isso aparece claramente na definição que a OIT divulgou em 1972. Neste documento, as características do trabalho informal são contrapostas às do trabalho formal e as suas linhas gerais são: os recursos têm origem doméstica, a propriedade é individual ou familiar, as atividades realizam-se em pequena escala, os processos produtivos são intensivos em trabalho e a tecnologia é adaptada, a mão-de-obra qualifica-se fora do sistema escolar e sua atuação ocorre em um mercado competitivo e sem regulamentação.

Um dos fenômenos tipificadores da chamada “nova economia” é o processo de terceirização, isto é, o processo de reestruturação, através do qual as empresas redefinem suas linhas de atuação, transferindo funções produtivas para outras empresas independentes, que passam a funcionar em rede, como satélites da atividade principal. Ademais das parcerias e alianças que esse processo patrocinaria, a reorganização das empresas estaria também ensejando a ruptura de antigas hierarquias fabris e criando novas modalidades de relacionamento entre os executivos das empresas e as pessoas que trabalham para elas que, em sua grande maioria, não pertencem mais aos seus quadros de funcionários.

O processo de terceirização surge assim como elemento decisivo na articulação do trabalho informal, com as modalidades de trabalho formal, estabelecendo uma linha de continuidade entre eles. O mesmo processo representa também o ponto de convergência entre o “setor informal” e os serviços. Nas argumentações que procuram explicar e justificar sua extensão e importância

para a modernização do sistema produtivo, o fenômeno da terceirização aparece como fator dinâmico principal da reorganização e da flexibilização da produção e atua como vetor de um movimento de "valorização" do trabalho, que se iniciaria no interior das empresas e, a partir delas, transbordaria para o conjunto da sociedade.

A pretensão contida nos argumentos apresentados para justificar os problemas decorrentes desse movimento, como consequência da introdução de modalidades de valorização do trabalho e do trabalhador, tem duplo sentido. Em primeiro lugar, está a sustentação da idéia de que as novas modalidades de realização do processo fabril, bafejadas por fórmulas contidas nos modelos de flexibilização produtiva e da reabilitação da cooperação no trabalho, consoante a abolição das hierarquias rígidas, estariam ensejando a "desalienação" do trabalhador e, por conseguinte, a reconquista da subjetividade perdida nos modelos de produção em massa (ou fordista).

Em segundo lugar, deve-se observar um aspecto importante com relação à noção de serviço. Ela está estritamente vinculada à realização de uma atividade. A venda de um serviço é a venda de uma atividade. Mais precisamente, trata-se da venda de um resultado da atividade e não da venda da força de trabalho. O serviço não é mais do que uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que ele não é útil como coisa e sim como atividade. O que torna tão atrativo o setor de serviços hoje em dia é sua caracterização como atividade não subordinada, ou seja, como campo onde se exercem atividades definidas pela iniciativa individual do prestador de serviço. Outro aspecto na configuração da sua importância é a suposição de que o serviço, como atividade que tem seu resultado pecuniário apropriado diretamente pelo trabalhador, não produz valor. Esse fato é que torna a noção de serviço, assim como a noção de informalidade, tão relevante atualmente. Tanto uma noção quanto outra são instrumentais na construção de teorias que afirmam que o trabalho está adquirindo uma "outra" natureza, diversa da assumida a partir do processo de industrialização. Essa nova natureza do trabalho é definida por características opostas às do trabalho tradicional, isto é, não estão sujeitas à regularidade, à habitualidade e à subordinação. Esses elementos, de modo particular o último, são típicos da realização do contrato de trabalho. Ora, com os serviços estamos diante de uma relação entre iguais. Comprador e vendedor do serviço

realizam um ato de comércio, o que se troca é o valor de uso de um trabalho e não o trabalho. Trata-se de uma mercadoria como outra qualquer. No caso do trabalho subordinado, a relação se dá em torno de uma mercadoria especial, a força de trabalho. O contrato de trabalho é, na raiz, uma tentativa de recompor uma igualdade perdida no curso do desenvolvimento industrial. Foi produto de uma longa e dura luta desenvolvida pelos trabalhadores. Através da contratação de serviços é possível desfigurar-se a relação entre capital e trabalho que está subjacente ao trabalho realizado como atividade subordinada.

Por esse caminho se descortina a base de sustentação do discurso que afirma a necessidade de flexibilizar as relações de trabalho ou, o que é o mesmo, a necessidade de se suprimir a legislação protetora do trabalho. A sociedade da "nova economia" é entendida, nesse contexto, como nova sociedade, onde todos são parceiros, todos proprietários de alguma coisa, todos são produtores individuais autônomos. Essa é a essência da *network society*, a "sociedade de redes", de Peter Drucker (1994).

O trabalho está, presentemente, submetido a um processo inédito de intensificação, que opera através da interdependência dos seus diferentes segmentos de realização, já não mais limitado ao local de produção. Esse fenômeno resulta de uma dramática extensão da organização planejada do trabalho, que produz uma redução severa da sua alocação mercadológica, substituída paulatinamente pela alocação direta, onde a solução de caráter político domina a cena.

O centro dinamizador desse processo é a tendência de racionalização intensiva das atividades econômicas de um modo geral, não por acaso desencadeada no âmago da crise que leva de roldão as bases do Estado keynesiano e dos compromissos sociais de sua sustentação. Tal crise deságua na crise internacional da dívida e apresenta sua repercussão no processo de produção e na subsequente aceleração dos reajustes organizacionais e tecnológicos, que conduziram à chamada "flexibilização" do mercado de trabalho.

Quando se fala, portanto, na emergência de um processo de valorização do trabalho, como efeito típico da "nova economia", torna-se necessário considerar de que trabalho se trata. De modo geral, pode-se identificar, pelo menos, quatro situações diferenciadas no se refere à conformação do mercado de trabalho na atualidade. Em primeiro lugar, um contingente de trabalhadores pertencentes às empresas modernas, que possuem remunerações (melhor do que "sa-

lários", por que muitos desses trabalhadores não pertencem aos quadros funcionais das empresas) acima da média e que desempenham funções qualificadas no sentido do nível de articulação com o processo produtivo (polivalente, flexível). Depois, pode-se identificar um outro contingente de trabalhadores que ocupam postos em empresas de segunda linha, às vezes modernas e às vezes não tão modernas, desempenhando funções intermediárias no contexto da cadeia produtiva e apresentando níveis de remuneração inferiores aos primeiros. Em terceiro lugar, vêm os trabalhadores temporários, de tempo parcial, sazonais, autônomos, desempregados, etc. Domina, nesse contingente, a eventualidade dos recursos de sustentação. Por último, vem o contingente que, por motivos variados, tem ingresso precário no mercado de trabalho ou permanece à margem em vias de experimentar o que a OIT classificou como *histeresis*, ou seja, indivíduos que face à prolongada situação de falta de trabalho, terminam por serem excluídos definitivamente da força de trabalho.

Um dos fatores decisivos para essa configuração do mercado de trabalho foi o desenvolvimento da informática e da telemática. De uma forma ampla, este desenvolvimento possibilitou a maior fluidez na migração de atividades e de trabalhadores dos setores produtivos para o setor de serviços, conservando a subordinação ao antigo segmento de atividades, tanto do ponto de vista dos insumos quanto dos produtos. Assim, muito embora a dependência organizacional já não exista, a dependência estrutural persiste, atuando de forma ainda mais intensa, no que respeita às condições de realização do trabalho.

Desse movimento extrai-se uma conclusão que me parece tanto apressada quanto equivocada, a respeito do mundo do trabalho. A de que o trabalho, especialmente o produtivo, reduz-se numericamente e perde centralidade no sistema econômico e na organização da sociedade em geral. O que parece verificar-se, de fato, é que o trabalho produtivo distribui-se pela economia, diluindo-se pelos setores de atividades econômicas, como serviços de natureza diversificada. Cada vez mais os tradicionais setores da economia (agropecuária, indústria e serviços) parecem estar organicamente ligados, articulando importantes conjuntos de atividades e fazendo com que os diferentes tipos de organização do trabalho e de racionalidades econômicas diferenciadas se tornem funcionais ao sistema econômico como um todo. Essa integração responde por grande parte do esvaziamento progressivo do emprego regular e da situação de

assalariamento. O efeito principal desse processo é a acentuação da tendência de rompimento dos antigos laços de solidariedade, fundados na situação de trabalho e a criação de um vácuo institucional que proporciona todo um conjunto de circunstâncias favoráveis aos abusos que se abatem sobre a população trabalhadora.

Um outro ponto deve ser observado a propósito do processo de "organização humanizadora" do trabalho como uma das características centrais do assim chamado novo paradigma dos processos produtivos. Defendido como solução, que rompe com a verticalização e com o autoritarismo dos "antigos" modelos, ele habilita fórmulas de incentivo localizadas na capacidade criativa e cooperativa do trabalho, instituindo esquemas para incentivar a autonomia do trabalhador e aumentar sua participação e decisão no processo de trabalho. A título de prática democrática e muitas vezes contando com o assentimento dos trabalhadores, essas táticas de valorização do trabalho põem em funcionamento uma das mais severas formas de subordinação do trabalho, que é a coerção induzida da execução de tarefas pelos próprios trabalhadores, além de provocar, no contexto geral do trabalho, uma competição encarniçada pela conquista da possibilidade de trabalhar.

Observa-se, de outra parte, que o processo de adaptação a novos "ambientes econômicos" tende a intensificar os métodos de exploração da experiência individual e coletiva dos trabalhadores. Os programas colocados em prática (qualidade total, flexibilidade, integração, trabalho enriquecido, ciclos de controle de qualidade, entre outros.) têm seu ponto de inflexão na apropriação do conhecimento em ato, transformando o trabalhador em personagem principal da continuidade e da mudança no processo produtivo. Identificado o trabalhador como fator crucial na "discriminação da competitividade" da empresa, cada vez mais se orienta o processo de "humanização" do trabalho para sua identificação com os propósitos e objetivos da empresa e para exacerbação do compromisso e do sentimento de lealdade para com ela.

Mas talvez os argumentos mais sugestivos a respeito da sobrevivência dos "velhos modelos" na nova dinâmica da divisão internacional do trabalho possam ser encontrados entre representantes do pensamento empresarial.

Um dos primeiros teorizadores da nova configuração do mercado mundial, Theodore Levitt (1983), deu um depoimento extremamente sugestivo a

propósito do fenômeno da globalização. A força da tecnologia, servindo-se da "proletarização" das comunicações, dos transportes e das viagens, seria, segundo ele, o fator decisivo de um movimento de convergência, que resultaria na conformação de uma imensa "comunidade" de pessoas de todos os níveis sociais e com capacidade econômica, também diferenciada, ansiosas para desfrutar dos benefícios da "modernidade". Tratar-se-ia de uma nova realidade comercial, em que quase todos, em quase todos os lugares, desejariam obter as coisas a respeito das quais haviam ouvido falar, haviam visto ou haviam experimentado, por meio de alguma das formas proporcionadas pelos novos recursos tecnológicos. Essa nova realidade comercial estaria representada por um mercado global para produtos de consumo estandarizados numa escala nunca antes imaginada. Na explicação de Levitt (1983), a modernidade apresentar-se-ia não apenas como um desejo de usufruir dos bens modernos, seus serviços e tecnologias: corresponderia, também, a uma prática extensa, mesmo entre aqueles que, com paixão ou fervor religioso, estivessem presos a antigas tradições e heranças. As velhas diferenças nacionais, em termos de gostos e modos de fazer negócios, tenderiam a desaparecer. Na verdade, com a expectativa de conseguir os produtos mais sofisticados de alta qualidade e baixo preço, as necessidades e os desejos tenderiam a se encaminhar para uma irrevogável homogeneização.

Para arrematar esse apanhado rápido de idéias de Theodore Levitt (1983) sobre a globalização e a estratégia de atuação das empresas dentro do novo universo comercial, uma deve ser sublinhada tendo em vista seu significado no conjunto. Diz Levitt, a certa altura:

...se uma empresa forçar seus custos e preços para baixo e empurrar para cima a qualidade e utilidade de seus produtos, os consumidores preferirão seus produtos mundialmente estandarizados. A teoria (de Ford) se sustenta, ainda nesse estágio da globalização, não importa o que as pesquisas sobre os mercados convencionais possam sugerir a respeito de diferentes gostos e preferências nacionais e regionais, necessidades e instituições. Os japoneses repetidamente reivindicaram esta teoria,

como fez Henry Ford com o modelo T (Levitt 1983).

Mais adiante Levitt concluirá de forma categórica: *As modernas corporações globais (...) ao invés de adaptar-se a diferenças superficiais ou arraigadas, dentro de nações ou entre nações, procurarão fortalecer produtos e práticas estandarizadas em todo o mundo*" (1983).

Dessa menção extemporânea ao modelo fordista e sua inserção no âmago da nova dinâmica da competição internacional atual, podemos passar a invocar um outro espírito cuja lembrança se recusa a deixar o cenário da economia, muito embora as persistentes tentativas de exorcização: Frederick Winslow Taylor. Em meados de 1997, foi editada nos Estados Unidos a biografia do criador da gerência científica cuja, tônica consiste em mostrar que sua filosofia de ação continua dando resultados, sua substituição ainda é problemática e, em muitos aspectos, impossível.

O esforço teórico e analítico realizado, no sentido de demonstrar que a organização da produção, diante das condições mercadológicas hoje existentes, experimentou uma radical transformação, fazendo com que os princípios vigentes anteriormente – o fordismo e o taylorismo, de forma especial – fossem economicamente superados e passassem a fazer parte do museu das técnicas produtivas, parecendo fazer parte da estratégia da construção do "novo". O que parece estar esquecido nesse processo é precisamente o aspecto relacionado com a sobrevivência dos princípios ideológicos que nuclearam o taylorismo e o fordismo.

As evidências históricas demonstram que as transformações significativas que se operaram no terreno das relações sociais de produção foram acompanhadas e sustentadas por transformações importantes no plano cultural e ideológico. Assim, por exemplo, a ideologia liberal deu substância ao contexto em que se processou a ruptura da liberdade de ofício e sua substituição pela liberdade industrial. Algo semelhante ocorreu com a difusão do taylorismo e do fordismo, no início deste século, e a reorganização do processo produtivo. O "americanismo" correspondeu à aceleração de tendências já presentes no processo de industrialização européia. O que emerge como elemento representativo de uma nova cultura é o prolongamento orgânico desse processo, conduzido, na observação de Antonio Gramsci (1975), por um "enorme esforço coletivo para criar, com

uma rapidez inaudita e com consciência dos fins, um novo tipo de trabalhador e de homem”.

Em seus aspectos centrais, a contribuição de Taylor contém, ao lado de uma preocupação prática, a respeito das condições de realização do processo de trabalho, um sentido claramente voltado para a criação de um novo horizonte intelectual para o mundo do trabalho. Esse aspecto destaca-se da análise dos elementos constituintes da direção científica, em que se realçam objetivos ligados ao controle e à garantia da eficiência máxima do trabalho individual. A conjugação dos dois sentidos, com os conceitos de tempo e movimento, transformados em categorias tecnológicas, resultou no que Alfred Sohn Rethel (1979) qualificou de trabalho transformado em “entidade tecnológica”, homogênea à máquina e diretamente adaptável a ela. Esse é o núcleo do vertiginoso desenvolvimento do processo produtivo dali em diante, especialmente com a contribuição fordista. Mas a contribuição de Taylor não se detém nessa escala. Ela compreende uma visão multifacetada do fenômeno tecnológico, pensado como conhecimento, instrumento e organização. E seus princípios de gerência não funcionam como amálgama desse universo, parte do qual – a parte decisiva – estava fora do controle dos empresários. Este é provavelmente um dos motivos pelos quais Peter Drucker considera Taylor uma das personalidades mais injustiçadas da história americana.

Dois aspectos interessantes a respeito dessas observações: em primeiro lugar, uma das preocupações principais de Ford e de seus seguidores era o de compensar as tendências organizativas dos trabalhadores, consideradas irracionais, por organizações orientadas a partir dos objetivos da empresa. Não acidentalmente, o fordismo, em sentido amplo, é também um esforço de “moralização” do trabalho e de desmobilização política do trabalhador. Bastaria lembrar, no desenvolvimento do “experimento fordista”, a aplicação das ciências sociais à reorganização das relações de trabalho. As experiências então levadas a efeito não negavam o taylorismo, buscavam fazê-lo avançar onde entendiam que ele era falho – a organização social dos trabalhadores.

Em segundo lugar, o esforço no sentido de estabelecer o condicionamento do processo produtivo pelo mercado reforça a clássica figura do consumidor, como peça fundamental do movimento econômico como um todo.

Esforço decisivo que tem por meta revestir de consistência a manipulação em torno da desejabilidade social das novidades tecnológicas e, dessa maneira, emprestar legitimidade à tecnologia, como signo de modernidade. Bem ao gosto e ao estilo da *new competition*, para marcar distância com o “velho” paradigma da produção em massa, criou-se uma nova fórmula para a estandarização da produção contida numa expressão tão sugestiva quanto ambígua, *mass customization*. A expressão é entendida, nos meios empresariais, como representando um processo, através do qual as empresas aplicam técnicas e métodos de gerenciamento, visando proporcionar flexibilidade e capacidade de resposta rápida em termos da oferta de uma variedade de produtos, de acordo com as demandas da clientela. Nesse sentido, a idéia está intimamente associada à concepção de economia de escopo. Mas pode ser entendida, num sentido inverso, tal como sugeriu Levitt, ou seja, no sentido de estandarização do gosto da clientela. Ou lembrando a célebre frase de Ford: *qualquer cliente pode ter o carro da cor que deseja, desde que ele deseje que seja preto*.

É importante considerar que, de um modo geral, nas observações sobre o movimento econômico atual, cujo núcleo é a tentativa de mostrar a ruptura de modelos produtivos e sua substituição por outros mais consentâneos com os avanços da tecnologia, as estratégias de reorganização da produção industrial aparecem como determinadas pelo mercado. Assim também se verifica em relação ao trabalho. O processo de valorização aparece como determinado pelas necessidades do mercado e tem seu campo de definição no interior da empresa. O reordenamento de funções e a recuperação da capacidade de iniciativa, de decisão, de intervenção consciente na produção e no seu resultado final, por parte do trabalhador surgem, então, como expressões daquelas necessidades.

De tal modo, no momento presente, quando desponta o acirramento da competição, o segredo do sucesso das empresas reside, segundo interpretações em curso, na capacidade de uma resposta rápida e eficaz pelos “agentes econômicos” diante das situações adversas. O contexto da valorização inédita do trabalho seria a ampla reformulação da perspectiva da concorrência em seus diferentes momentos e uma integração entre as diferentes esferas de realização do processo industrial, em que se realiza a supressão

de compartimentos estanques e são "subvertidas" as estruturas hierarquizadas da burocracia empresarial, dando margem a decisões mais ágeis e eficientes. Então predominariam as estratégias de longo prazo e as "parcerias" entre os agentes do processo.

Uma outra idéia que cerca a caracterização das novas modalidades competitivas é a que elas devem ser "autênticas", isto é, devem possibilitar uma elevação geral do nível de vida das populações, além de uma participação maior e sustentada no mercado internacional. Afirma-se que o suporte social e político indispensável para a consecução do desenvolvimento econômico passa pela conexão entre "competitividade e equidade", correspondendo a essa articulação a "modernização" das relações trabalhistas, a distribuição equitativa dos ganhos de produtividade, a criação de empregos e a resolução da crise na educação.

No plano ideal, o assim chamado "novo" paradigma da produção exige a existência de determinadas condições dentro da cadeia produtiva e no campo das relações entre capital e trabalho. O "novo" padrão de produção "induzido" pelo mercado implica também um novo patamar de relações políticas. É dentro dessa perspectiva que projeta a realização de acordos em torno de "interesses mínimos", condição para a realização da "sinergia" de esforços que asseguraria um jogo político entre os agentes com soma diferente de zero. É com o mesmo sentido que trabalho encomendado Ministério do Planejamento, em 1994, refere-se à necessidade de promoção de "ambientes competitivos virtuosos". A competitividade dependeria de "fundamentos sociais", entre os quais se identificam uma educação universal, o alto nível de qualificação da força de trabalho, as novas formas de organização da produção, as relações de trabalho cooperativas e os "mercados". Tais seriam os fatores da "equidade social" e da garantia da distribuição igualitária dos "benefícios".

Nessa perspectiva define-se o dado novo do "modelo" orientado pelo e para o mercado. A ruptura da coesão social que caracteriza o mundo do trabalho e a tendência no sentido de erigir a empresa como elo principal de articulação da solidariedade compõem hoje o cenário da negociação política entre capital e trabalho. O movimento de racionalização intensiva do sistema econômico tem como condição inarredável a necessidade de instaurar esse cenário, cuja base de sustentação vem amparada na vigência de duas lógicas aparentemente

contraditórias, na realidade complementares e integrantes do mesmo universo teórico, que transcendem o plano das relações econômicas, envolvendo todo o campo das relações sociais.

A lógica que preside as relações e os enfrentamentos no plano da sociedade é a da capacidade competitiva, a qual determina que o que é ganho por um "ator" é perdido por outro. As relações são tipicamente não cooperativas e vige o princípio darwiniano da seleção natural. Este é, sem dúvida, um dos contextos apropriados para lembrar Adam Smith e a ação salvadora da "mão invisível".

Esta lógica tem seu contraponto numa outra, que opera, por assim dizer, intra-muros, no conjunto das empresas. Um terreno onde domina a busca de acordos mediados por objetivos comuns, em que as soluções visam à satisfação de todas as partes envolvidas. Soluções consensuais, sem margem para a caracterização de vencedores e vencidos. Relações tipicamente cooperativas. O conflito é transformado em negociação de interesses recíprocos, barganha ancorada na racionalidade dos atores individuais. Este é o ponto de arranque de uma certa concepção de desalienação do trabalho, que funciona como argumento principal das tentativas de rompimento do "contrato social" vigente. As novas relações que definem o esforço "sinérgico" como condição para superar as barreiras da competição tem suas raízes em uma nova ética, que reúne as condições essenciais do universo do trabalho nas empresas, a ética das "virtudes máximas" e dos "interesses mínimos".

A mesma lógica que enseja o tratamento diferenciado entre trabalho intelectual e trabalho manual, ou seja, a ilusão de que o primeiro é fundamentalmente qualitativo e de que o segundo tem caráter nitidamente quantitativo, atuando aqui através dos esquemas de "valorização do trabalho", orienta a transformação da oposição entre capital e trabalho num convivência de interesses complementares. A vigência de uma ética que combina as "virtudes máximas" e os "interesses mínimos", dominando as relações sociais nas empresas, representa a transfiguração da oposição capital-trabalho em oposição de trabalho contra trabalho, no mundo externo. No mundo do trabalho, como segmento indiferenciado da sociedade – "um mercado como outro qualquer" – impera a lei do mais apto, o jogo de soma zero. Derivando do processo de integração planificada da economia, essa ética difunde-se a todas as instâncias da vida social e passa a constituir-se no novo vetor do

conformismo social e da reorganização institucional dos processos educacionais.

Esse é o novo que emerge sob a aparência de rompimento radical com os clássicos modelos de produção. Na realidade, tampouco essa ética constitui uma novidade. Apenas hoje ela se faz explícita e se apresenta revestida da garantia da objetividade dada por uma teoria científica, a teoria dos jogos (de preferência dos jogos de soma diferente de zero, pois que estes se apresentam demasiado arriscados para o mundo dos negócios), respaldada pelo cálculo, e, como tal, consentânea com os pré-requisitos da concepção de modernidade baseada na glorificação da técnica.

Na origem dessa engenharia analítica está a concepção de razão sistematizada no início deste século, cujas linhas diretrizes podem ser identificadas na tendência à matematização progressiva das experiências e conhecimentos, do que resulta a elaboração de construções científicas positivo-normativas, cujo sentido principal é o de prever os comportamentos individuais e coletivos, e na configuração de uma organização universal de *experts* que, como um círculo de propriedades mágicas, passa a subordinar todas as atividades sociais. Fenômeno mais conhecido como "revolução gerencial", "revolução organizacional" ou "tecno-estrutura", e que, na atualidade, tem sua expressão mais notória e autêntica na corporação empresarial. É no âmago de tal construção que se configura o cálculo do interesse, como traço decisivo da teorização da violência civil, desde Hobbes que, como assinala Rule (1988), chega, via utilitarismo, à ciência social de hoje.

Os patrões mantêm sempre e por toda a parte uma espécie de acordo tácito, mas constante e uniforme, tendente a que os salários do trabalho não se elevem para além da taxa que vigora no momento. A violação de tal acordo é, em toda a parte, considerada como o mais impopular dos atos e constitui uma espécie de motivo de censura a qualquer patrão, entre os seus próximos e iguais. É raro, na verdade, ouvirmos falar desse acordo porque ele corresponde à situação habitual, pode mesmo dizer-se natural, que jamais é comentada. Às vezes, os patrões entram também em coligações específicas para fazer descer os salários do trabalho

ainda abaixo dessa taxa. Estas são sempre organizadas debaixo do maior silêncio e segredo, até serem postas em prática e, quando os trabalhadores cedem, como por vezes acontece, sem opor resistência, as outras pessoas nunca chegam a ouvir falar delas, por muito gravemente que pesem sobre os trabalhadores.

Adam Smith, 1776

Referências Bibliográficas

- CLARK, Colin. **The Conditions of Economic Progress**. London, MacMillan, 1951.
- DRUCKER, Peter. **Sociedade Pós-Capitalista**. São Paulo, Pioneira, 1994.
- HUMPHREY, John (Ed.)(1995). "Industrial Organization and Manufacturing Competitiveness in Developing Countries. **World Development**, n. 1(23), 1995, special issue, p. 76.
- INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. **Employment, Income and Equality: a Strategy for Increasing Productive Employment**. Genebra, ILO, 1972.
- GRAMSCI, Antonio. **Cuaderni del Carcere**. Torino, Einaudi, 1975.
- LASH, Scott & URRY, John. **The End of Organized Capitalism**. Madison, Wisconsin, University of Wisconsin Press, 1987.
- LEVITT, Theodore. "The Globalization of Markets". **Harvard Business Review**, n. 3, may/jun., p.92-102, 1983.
- LINDBLOM, Charles. "Market and Democracy - Obliquely". **PS: Political Science & Politics**. December, p. 684-8, 1995.
- OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **El Empleo en el Mundo - 1995**. Genebra, OIT, 1996.
- OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **El Empleo en el Mundo - 1996-1997**. Genebra, OIT, 1997.
- RETFEL, Alfred-Sohn. **Trabajo Manual y Trabajo Intelectual**. Bogotá, El Viejo Topo, 1979.
- RULE, James B. **Theories of Civil Violence**. Berkeley, University of California Press, 1988.
- SMITH, Adam. **Inquérito Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983 (2 vols). {1776}.

TOFLER, Alvin. **Powershift. As Mudanças do Poder.** (Trad. Luiz Carlos Nascimento e Silva) Rio de Janeiro, Record, 1995, 4ª ed. (Ed. original em inglês de 1990), 1995.

Resumo

O texto examina as condições em que se difunde a concepção de modernidade, que orienta o processo de gestão da economia na atualidade, voltada fundamentalmente para o desenvolvimento tecnológico. Apresentando-se em sua dinâmica central como tendência de racionalização intensiva das atividades econômicas, esse movimento patrocina a redefinição política das relações sociais de produção e instrumentaliza o universo de explicação do conflito social.